

DESAFIOS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ana Carolina Barbosa de Lima [1]
André Luiz Novaes Keppe [2]
Gerd Sparovek [3]
Roberto Palmieri [4]
Rodrigo Fernando Maule [5]



OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – ISSN: 1982-7784 – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Palavras-chave: Certificação Florestal. Certificação Agrícola. Avaliação de Impacto. Consumo Responsável. Sensibilização. Certificação Socioambiental.

INTRODUÇÃO: ENTRAVES PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL BASEADO NA CERTIFICAÇÃO

A opção do consumidor por um produto certificado traz como premissa o julgamento de que aquele produto é diferente do não-certificado, por exemplo, uma garantia de que a produção causou menor impacto ambiental e foi conduzida de maneira socialmente justa, ou simplesmente, de produção sem o uso de agrotóxicos.

O sistema de certificação como ferramenta de mercado foi criado num contexto sociopolítico diverso, resultando em padrões e procedimentos distintos. Essa diversidade de selos disponíveis no mercado prejudica a consolidação e o reconhecimento internacional de um padrão consistente, o que, presumivelmente, acarretaria numa maior credibilidade acompanhada de transformações socioambientais.

Nesse trabalho avaliamos dois certificados socioambientais disponíveis no mercado, o *Forest Stewardship Council* (FSC), do setor florestal, e o da Rede de Agricultura Sustentável (RAS), relacionado ao setor agrícola. O sucesso desses certificados está atrelado a sua idoneidade e ao seu caráter voluntário e

independente, produzindo efeitos de governança. Consolidados na década de 1990, com base em princípios socioambientais, essas certificações vêm crescendo em ritmo acelerado, totalizando no ano de 2008, cerca de 5,2 milhões de hectares certificados no setor florestal (FSC) e 79.908 hectares na área agrícola (RAS) no Brasil.

Ao mesmo tempo, a certificação socioambiental vem sendo encarada no cenário mundial de forma contraditória. Apesar de seu atual desempenho no mercado e da maioria das pesquisas científicas apontarem benefícios dessa ferramenta, outros questionam sua eficácia ou mostram efeitos, possivelmente indesejáveis, que não foram previsíveis durante seu processo de criação. Por exemplo, a certificação pode ser apontada como uma “saída fácil” para o reconhecimento internacional de responsabilidade socioambiental de grandes empreendimentos.

Essa polêmica pode gerar desconfiança aos olhos do consumidor, o que destaca a necessidade de se elaborar um método independente de avaliação dos impactos da certificação, que identifique os reais efeitos dessa ferramenta.

Com base nessa problemática, nossa equipe de pesquisa propôs a utilização do método de avaliação de impacto (amplamente utilizado em programas sociais) para analisar a certificação socioambiental.

O método proposto foi utilizado com sucesso na avaliação dos impactos da certificação socioambiental em três estudos de caso com comunidades extrativistas, empreendimentos de florestas plantadas e cafeeiros.

A discussão do método e alguns resultados obtidos nesses estudos foram abordados a seguir.

O MÉTODO: AVALIAÇÃO DE IMPACTO

A avaliação de impacto emprega métodos que permitem isolar os efeitos de um tratamento (no caso presente a certificação socioambiental) sobre uma ou mais variáveis que sofreram sua ação, diferenciando estes efeitos daquelas mudanças, nas mesmas variáveis, que não são decorrentes do tratamento. Sendo assim, permite isolar o efeito conjuntural. Para isto são comparados empreendimentos tratados (certificados) e não tratados (não-certificados – grupo controle) de características gerais semelhantes. A diferença entre estes empreendimentos é considerada como sendo o efeito isolado do tratamento.

Por exemplo, se em empreendimentos certificados fosse observada a redução no salário dos trabalhadores por razões de conjuntura econômica, um diagnóstico poderia indicar a queda como um resultado “negativo” da certificação. Mas, se há uma comparação com um grupo controle não-certificado e que tenha sofrido os mesmos efeitos conjunturais que incidiram sobre o empreendimento certificado com redução salarial maior, a certificação teria tido um impacto importante em favor dos trabalhadores: ela amorteceu o peso da conjuntura econômica desfavorável.

Até o ano de 2007, havia uma lacuna metodológica nas tentativas feitas para avaliar os reais efeitos da certificação socioambiental para o meio ambiente, os trabalhadores, as comunidades e empreendimentos. Nos estudos realizados até o momento no Brasil e em quase todos os levantamentos internacionais, o desenho metodológico estava mais próximo ao de um diagnóstico do que de uma avaliação de impacto propriamente dita, ou seja, não havia grupo controle.

EFEITOS DA CERTIFICAÇÃO: ESTUDOS DE CASO FSC E RAS

Nos três estudos de caso: Florestas Plantadas no Sul do Brasil, Comunidades

Extrativistas no estado do Acre e Empreendimentos cafeeiros no Cerrado e Sul de Minas Gerais, a avaliação analisou dados de empreendimentos tratados (certificados) e de controle (não-certificados), possibilitando a identificação dos impactos socioambientais gerados pela certificação.

Em cada um dos estudos de caso, a criação do universo amostral seguiu critérios de semelhança baseados na região e características de atividade, como o tamanho da área utilizada, espécie explorada e número de trabalhadores.

Os dados foram coletados por meio de observações de campo [Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), áreas de produção e infraestrutura de moradia, transporte e outros] e entrevistas com questionários estruturados (com o empreendedor, trabalhadores, trabalhadores em atividades de risco, por exemplo, aplicação de agroquímicos e corte manual de árvores, trabalhadores jovens, moradores, empreiteiros – se aplicável – e instituições na comunidade).

Apenas na avaliação de impacto realizada em empreendimentos cafeeiros foi utilizado geoprocessamento.

Foram avaliadas variáveis socioambientais, de acordo com cada atividade, nas áreas de: saúde e segurança do trabalhador (uso de equipamento de proteção individual, alimentação e apoio no campo, transporte, condições de equipamentos utilizados, renda, contratação, participação em sindicatos, tempo de trabalho no empreendimento, educação formal, moradia e saneamento), relacionamento com terceiros, conservação da mata nativa, proteção de APPs, manejo florestal, ameaças a biodiversidade, controle e uso de agrotóxicos e relacionamento com a comunidade.

O quadro 1 mostra o número de empreendimentos avaliados em cada um dos estudos de caso, assim como o número de questionários aplicados.

Os três estudos de caso estão disponíveis na íntegra no site: www.imaflora.com.br/publicacoes.

Quadro 1. Resumo dos dados coletados nas avaliações de impacto da certificação socioambiental

Estudos de caso	Florestas Plantadas		Comunidades Extrativistas		Empreendimentos Cafeeiros	
	C	NC	C	NC	C	NC
Número de empreendimentos	7	7	4	2	8	8
Número de questionários aplicados	176	166	31	10	255	205

C: certificados; NC: não-certificados

A pesquisa demonstrou que a certificação socioambiental resultou em contribuições importantes nos três casos estudados. A certificação FSC em empreendimentos florestais da região sul e a certificação RAS em empreendimentos cafeeiros de Minas Gerais demonstraram os benefícios da certificação em praticamente todas as variáveis analisadas. Impactos positivos significativos foram identificados para a saúde e segurança do trabalhador, renda, capacitação, preservação dos recursos naturais, manejo e relacionamento com a comunidade.

Em alguns indicadores não houve impacto ou não foi identificado impacto, como exemplo: limpeza de alojamentos, carga horária e destino de embalagens vazias de agrotóxicos para florestas plantadas e conservação do solo, ocorrência de fogo em 2007 e lavagem de embalagens vazias de agrotóxicos para empreendimentos cafeeiros. A ausência de impacto nesses indicadores se deve a três fatores: ações externas eficientes, como a fiscalização pública de qualidade (certificados e não-certificados com alta classificação), problemas com aquisição de dados suficientes para validação estatística, ou senão, a uma menor ênfase da certificação ao analisar essa variável na região (certificados e não-certificados com baixa classificação).

Nas comunidades extrativistas do estado do Acre, os impactos encontrados foram reduzidos. Esse resultado deve-se a atuação de instituições no Manejo

Florestal Comunitário e políticas públicas locais que produzem efeitos semelhantes aos visados pela certificação. Porém, o estudo concluiu que essas ações não neutralizaram por completo os efeitos da certificação, pois foram detectadas diferenças significativas, tais como o grau de instrução sobre o Plano de Manejo, o cumprimento das atividades previstas no Plano Operacional Anual, o destino dos resíduos (lixo e esgoto), a consciência quanto ao uso do fogo, as medidas de proteção à fauna silvestre (caça) e o grau de envolvimento nas denúncias contra crimes ambientais.

Dessa forma, o estudo concluiu que a certificação socioambiental cumpre seu papel como ferramenta de mercado para provocar mudanças em direção a um manejo sustentável. Contribui para preservar a fauna, a flora e os recursos hídricos dos ecossistemas naturais e para o maior respeito a saúde, a segurança e qualidade de vida do trabalhador.

DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

No livro *Brasil Certificado* (2006) é enfatizado a necessidade de um trabalho mais forte do FSC com relação ao mercado consumidor. Para que a transformação socioambiental proposta pela certificação continue ocorrendo, o mercado deve ser capaz de sustentá-la. Essa ferramenta é totalmente dependente do mercado que, no Brasil, é orientado para exportação. Assim, há a necessidade de sensibilização também do mercado interno, pois ele representa a maior fatia do consumo de madeira ilegal, por exemplo.

A padronização das normas para o uso de um selo comum de reconhecimento mundial pode representar uma valiosa ferramenta para a sensibilização do mercado. A *International Social and Environmental Accreditation and Labeling* (ISEAL), aliança formada em 1999 entre diversas instituições ligadas a certificação possui entre os seus objetivos o aumento da compatibilidade entre os

diferentes certificados.

No entanto, as normas podem ser padronizadas, mas não os efeitos da certificação. A principal ação que o consumidor busca ao comprar um produto certificado não é um simples cumprimento de normas, mas sim a promoção de mudanças socioambientais. Sendo assim, é estritamente necessário que os impactos sejam mensurados. Devido aos diferentes contextos em que a certificação é aplicada, não há como obter efeitos idênticos. Na própria avaliação realizada com empreendimentos cafeeiros no estado de Minas Gerais os efeitos foram diferentes para a região Sul e para o Cerrado, devido há uma diferença conjuntural.

Essas diferenças nos efeitos podem ainda servir de guia para que os certificadores saibam quais variáveis ambientais e sociais têm de ser enfatizadas em determinada região.

Apesar de apresentar algumas fragilidades, como o alto custo e a dificuldade de identificação do grupo controle, o método de avaliação de impacto proposto no estudo realizado no Brasil é uma alternativa para a mensuração dessas diferenças e direcionamento de auditorias futuras.

Outras recomendações pontuais podem ser feitas para aperfeiçoar o sistema de certificação socioambiental, como a execução de visitas não agendadas. Essas ações sinalizam o ponto de partida para a sensibilização do mercado, essencial para a manutenção de benefícios socioambientais e promoção da preservação dos recursos naturais e da qualidade de vida de trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

LIMA, A. C. B. de; KEPPE, A. L. N.; MAULE, F. E.; SPAROVEK, G.; ALVES, M. C.; MAULE, R. F. **E certificar, faz diferença? Estudo de avaliação de impacto da certificação FSC/RAS.** Piracicaba: Imaflora, 2009.

GRAEME, A.; GULBRANDSEN, L. H. and McDERMOTT, C. L. Certification schemes and the impacts on forests and forestry. **Annual Review of Environment and Resources**, 33, 2008, p.187-211.

IMAFLOA. **Brasil certificado**: a história da certificação florestal no Brasil. Piracicaba: Imaflora, 2005.

Informações sobre os autores:

[1] Ana Carolina Barbosa de Lima¹ – <http://lattes.cnpq.br/0290918767412787>

Contato: lima.acb@gmail

[2] André Luiz Novaes Keppe¹ – <http://lattes.cnpq.br/9065803386854362>

Contato: andre.keppe@yahoo.com.br

[3] Gerd Sparovek² – <http://lattes.cnpq.br/2522115962876820>

Contato: gerd@esalq.usp.br

[4] Roberto Palmieri³ – <http://lattes.cnpq.br/9107974558762053>

Contato: palmieri@imaflora.org

[5] Rodrigo Fernando Maule¹ – <http://lattes.cnpq.br/4339708478055214>

Contato: rodrigo_maule@terra.com.br

¹ Entropix Engenharia, Piracicaba, SP, Brasil.

² Departamento de Ciência do Solo, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.

³ Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal, Piracicaba, SP, Brasil.